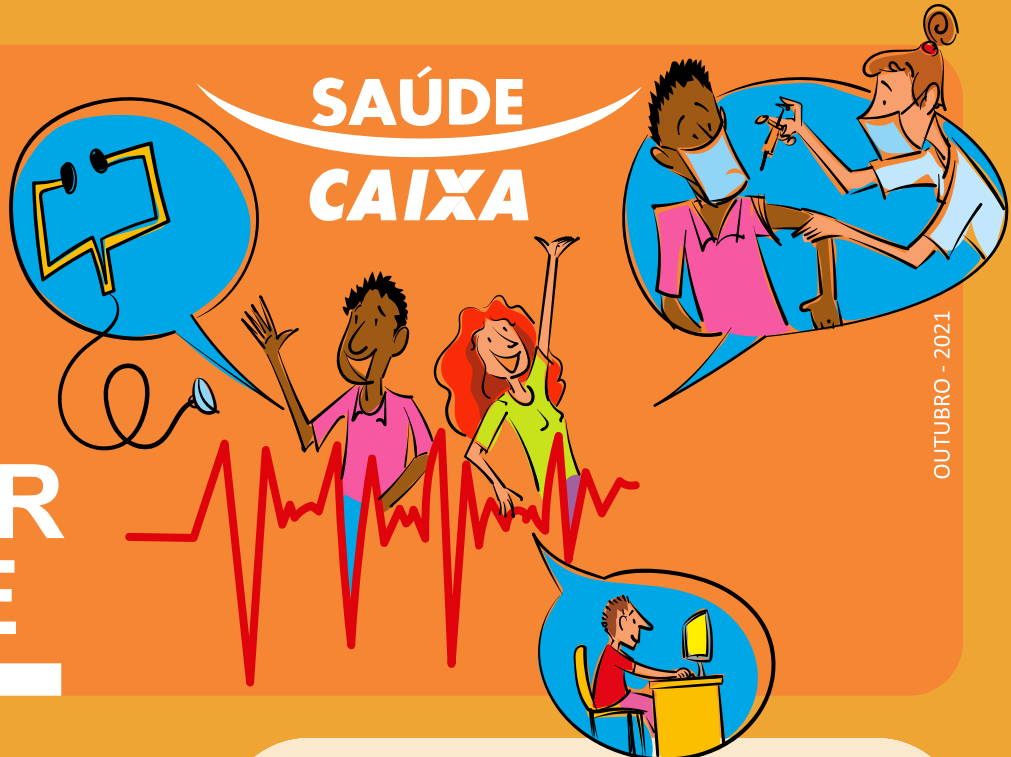


PRA ENTENDER O DEBATE



Em 2017, a Caixa tentou aumentar os custos das mensalidades do Saúde Caixa sem justificar os motivos, o que foi recusado pelos participantes e barrado na Justiça pelo movimento sindical. Na Campanha Salarial de 2020, e com todo o cenário de ataque aos trabalhadores, avançamos na manutenção de direitos e foi aprovado um acordo que previa um reajuste para recompor a proporção sob responsabilidade dos empregados (das despesas administrativas e assistenciais) e evitar a continuidade do déficit. Também foi instituído um Grupo de Trabalho para discutir modelos de custeio e de gestão do plano.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) contrataram uma assessoria atuarial especializada em planos de saúde para analisar os documentos, fazer simulações e dar suporte técnico ao debate. Como os valores não batiam com as apresentadas pela Caixa, estabeleceu-se que as projeções de custos levariam em conta a média entre as duas projeções.

Diante da constatação da necessidade de reajuste pela empresa que contratamos para análise dos dados e considerando nosso compromisso com a sustentabilidade e manutenção do plano de saúde dos empregados, a proposta visa adequar a arrecadação com mensalidades para suplantar os custos médicos.

A PROPOSTA

A proposta construída pelo GT mantém o modelo atual e estabelece que:

- A participação da Caixa no custeio das despesas assistenciais e administrativas estará limitada a 70% do montante ou ao teto de 6,5%, o que for menor (estipular o teto de 6,5% no ACT impossibilita a Caixa de efetuar alterações unilaterais no teto através do estatuto);
- Mensalidade do titular no valor de 3,5% da remuneração base e uma mensalidade adicional de 0,4% para cada dependente direto cadastrado no plano, limitado ao teto de 4,3% por titular;
- Mensalidade de 0,4% para cada dependente indireto;
- Tratamentos oncológicos e internações são isentos de coparticipação;
- Coparticipação para consulta em pronto socorro/pronto atendimento corresponderá ao valor fixo de R\$75 (setenta e cinco reais);
- Teto anual de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais) por grupo familiar;
- Sem aumento nas mensalidades mês a mês, mas com a instituição de uma mensalidade sobre o 13º salário para atender a necessidade de aumento da arrecadação;
- Utilização da reserva técnica para evitar contribuições extraordinárias em caso de déficit;
- Manutenção do GT Saúde Caixa com maior acesso a relatórios, dados, acompanhamento de credenciamento e descredenciamento com vistas a dar suporte para as negociações na mesa permanente.